

JORNAL DA

# PSICOLOGIA

Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais

104

## RETROSPECTIVA

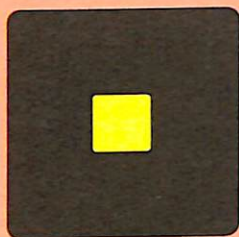
Desafios e posicionamentos do CRP nos últimos três anos

## LAICIDADE E PROFISSÃO

Psicologia comprometida com o Estado Laico

## PSICOLOGIA EM FOCO

Debates de interesse para a categoria



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

ãic ar snf o mr ça ã ol  
 chss e i p r o f i o n t r u o a  
 política públas d r an in c o e i e y  
 i e d r d o r i o i e s s a H d n i o a s t  
 e m D o c i c a d e i m a a i  
 i l l p a r d a d e r a e  
 D v e r s i d d a e  
 / c l a t a v r i ã o  
 ç z s c u / o ã o  
 o / a  
 r i z a ç ã o  
 Escuta Inclusão  
 Diversidade Pluralidade  
 Democracia Direitos Humanos  
 reconhecimento direitos de cidadania  
 construção coletiva políticas públicas  
 Ética transformação social  
 ciência e profissão

ANO 30 - NÚMERO 104 - SETEMBRO DE 2016

4ª Região Minas Gerais

# EDITORIAL

Encerrar um ciclo é sempre uma situação cercada de sensações contraditórias. Algumas certezas advindas das conquistas, que vem carregadas de desejos incompletos pelo mais que ainda poderia ter sido feito. Sentimentos próprios da subjetividade humana. Essa edição do Jornal da Psicologia reflete tal dualidade.

O XIV Plenário conclui sua gestão neste setembro de 2016 expondo, nas próximas páginas, uma tentativa de resumir o que realizou e o que deixa em aberto, já que, tanto o sujeito como a própria Psicologia, estão em permanente construção.

Para contribuir com o desenvolvimento da Psicologia, este Plenário atuou intransigentemente pelo eixo estrutural da Valorização da Profissão, potencializando e publicizando um exercício profissional, baseado na ética, com determinação necessária para ser alinhada com princípios do compromisso social da Psicologia e do respeito aos Direitos Humanos.

Em paralelo, vivenciei a necessidade de entender e combater o novo-antigo cenário político do país, fundamentado nos mais diversos retrocessos. Para isso, aprofundou o debate e convocou a categoria para dar conta de produzir respostas potentes, comprovando que a Psicologia como ciência e profissão é comprometida com o que a sociedade a endereça e, ao mesmo tempo, influencia no metabolismo social.

A atuação do CRP-MG, relatada nesta edição do Jornal da Psicologia, comprova o quanto a profissão vem se resignificando, de forma sempre crítica e atenta à eficiência técnica, à responsabilidade ética, à melhoria permanente da profissão e ao fato de que se trata de uma atividade diversa, que necessita construir permanentemente suas referências por meio de instrumentos legítimos como o Crepop.

Desta profissão plural, que contribui para o aprofundamento da democracia, implicada nas lutas sociais, sem se cristalizar em uma posição científica, atravessada pelas práticas cotidianas e pelos saberes dos sujeitos, que continuaremos a falar nos próximos capítulos da história deste Conselho.

# EXPEDIENTE

## SEDE (CRP-MG)

R. Timbiras, 1532, 6º andar  
• Lourdes CEP: 30140-061  
• Belo Horizonte/MG Tel:  
(31) 2138.6767 / Fax: (31)  
2138.6763 E-mail: crp04@  
crp04.org.br  
Site: www.crp04.org.br

## SUBSEDES

**Centro-Oeste** • Divinópolis  
Telefone: (37) 3213-8930  
E-mail: centrooeste@crp04.  
org.br

**Leste** • Governador Valadares  
Telefone: (33) 3225.0475  
E-mail: leste@crp04.org.br

**Norte** • Montes Claros  
Telefone: (38) 3221.7720  
E-mail: norte@crp04.org.br

**Sudeste** • Juiz de Fora  
Telefone: (32) 3215.9014  
E-mail: sudeste@crp04.org.br

**Sul** • Pouso Alegre  
Telefone: (35) 3423.8382  
E-mail: sul@crp04.org.br

**Triângulo Mineiro** • Uberlândia  
Telefone: (34) 3235.6765  
E-mail: uberlandia@crp04.  
org.br

## JORNAL DA PSICOLOGIA

Informativo do Conselho  
Regional de Psicologia  
Minas Gerais (CRP-MG)

## XIV PLENÁRIO (GESTÃO 2013-2016)

### DIRETORIA

*Conselheiro Presidente*  
Roberto Chateaubriand  
Domingues  
*Conselheiro Vice Presidente*  
Ricardo Figueiredo Moretzsohn  
*Conselheira Tesoureira*  
Marília de Oliveira  
*Conselheira Secretária*  
Elaine Maria do Carmo Zanola  
D. de Souza

### CONSELHEIROS

André Amorim Martins;  
Anna Christina da Cunha M.  
Pinheiro;  
Aparecida Maria de Souza B.  
Cruvinel;  
Celso Renato Silva;  
Cláudia Aline Carvalho  
Espósito;  
Cláudia Natividade;  
Dalcira Ferrão;  
Deborah Akerman;

Décio Fernando G. Pereira;  
Eliane de Souza Pimenta;  
Elizabeth de Lacerda Barbosa;  
Eriane Suelley de Souza  
Pimenta;  
Érica Andrade Rocha;  
Felipe Viegas Tameirão;  
Helena Abreu Paiva;  
Leila Aparecida Silveira;  
Madalena Luiz Tolentino;  
Mária da Conceição N. Caldas;  
Mária Tereza de Almeida G.  
Nogueira;  
Marisa Estela Sanabria  
Bourman;  
Odila Maria Fernandes Braga;  
Stela Maris Bretas Souza;  
Túlio Louchard Picinini  
Teixeira

### Comissão Editorial:

Aparecida Maria de Souza B.  
Cruvinel, Claudia Natividade,  
Eliane de Souza Pimenta e  
Ricardo Figueiredo Moretzsohn

### Gerente de Comunicação:

Nathalia Monteiro (CRPRP)  
3ª Região – 2154) rp@crp04.  
org.br

**Projeto Gráfico:** SRS -  
CRIAÇÃO E PRODUÇÃO

**Diagramação:** Carolina  
Magalhães

**Jornalista Responsável:**  
Cristina Ribeiro (MTB 5222)

**Reportagem:** Cristina  
Ribeiro e Eliziane Lara (CRP-  
MG), Lucas Soares e Mylena  
Lacerda (estagiários/CRP-MG)  
e Raíssa Pena

**Ilustrações:** Rômulo Garcia

**Fotografias:** Ascom/CRP-  
MG (p. 8 a 13 e 23), Lidyane  
Ponciano (p. 12) e CRP-SP  
(p. 15)

**Revisão:** Alessandro Faleiro

**Gráfica:** Gráfica e Editora O  
Lutador

**Tiragem:** 32 mil exemplares

Leia o Jornal da Psicologia  
também em versão digital no  
site [www.crp04.org.br](http://www.crp04.org.br)



# MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

*Psicologia conquistando  
direitos, sob vigilância  
constante  
contra os retrocessos.*

Dia a dia, aumenta a sensação de que o tempo passa cada vez mais rápido, impactando diretamente na velocidade dos acontecimentos. Absorver os fatos, entendê-los e traduzir experiências em conhecimento, em opinião, é pauta obrigatória da humanidade, que se vê também diante de um desafio: conviver com a diversidade.

Com a missão de fazer a diferença na sociedade, neste contexto plural, está a Psicologia.

Ao delimitar o período do XIV Plenário, fica patente que a gestão se deu em uma fase de profundos conflitos e transformações sociais. Para o conselheiro presidente do CRP-MG, Roberto Chateaubriand Domingues, foi um momento rico, que desvelou posicionamentos de toda ordem, estampou a dificuldade que os sujeitos têm em relação às diferenças e o quanto tudo isso influencia na forma de se fazer Psicologia.

Nestes três anos, segundo Domingues, o Conselho foi intensamente convocado a desmistificar entendimentos equivocados acerca da Psicologia. Optou então por trabalhar a valorização da profissão, mostrando sua contribuição para a conquista e defesa de direitos e para o desenvolvimento da sociedade. Essa valorização como pilar da gestão foi trabalhada sob o viés da categoria, de instituições que potencializam a Psicologia e da interface com a sociedade.

Essa frente de atuação da gestão teve como objetivo evidenciar um perfil plural da profissão: as diversas psicologias que têm em comum a clínica, a escuta, a capacidade de entender o que o outro está dizendo.



## DESAFIO DA FORMAÇÃO

Entre os principais desafios com os quais a gestão se deparou, na visão de Domingues, está o entendimento de que o Conselho deve atender a demandas que resguardem a profissão. "O CRP é uma instituição protetiva quando faz a intermediação da profissão com a sociedade, quando garante o aperfeiçoamento da Psicologia, pautado pelos princípios éticos, devidamente orientados pelos direitos humanos. Essa é uma forma de proteger a categoria enquanto exercício. Mas, muitas vezes, a demanda é mais pragmática, mais urgente. É o mercado, são as condições de trabalho que devem ser muito bem garantidas. Para ser bem orientada, a Psicologia precisa ser exercitada em espaços de qualidade", explica.

Essa clareza em relação à profissão, às demandas sempre atualizadas que a sociedade exige da(o) psicóloga(o) tem seu gargalo na própria formação, na visão do XIV Plenário. A situação está clara em diversos casos apurados no cotidiano do Conselho, como o desconhecimento em relação a instrumentos normativos e a baixa amplitude de temas discutidos em sala de aula, conforme apontado por estudantes durante eventos promovidos pelo CRP-MG.

Segundo a gerente Técnica do Conselho, Flávia Santana, as resoluções tentam dialogar com todas as questões que aparecem no campo de atuação profissional, mas há uma dificuldade da categoria em entender e acompanhá-las. A exceção acontece quando uma resolução é suspensa. Nesse caso, a área é imediatamente acionada por um grupo que tem inte-

resse no tema, para abrir o debate, como foi o caso da Resolução 12/2011, que tratava da atuação da(o) psicóloga(o) no sistema prisional e foi invalidada por um processo judicial.

## JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA

Outra demanda que se destacou desde o atendimento na Área Técnica, passando pelas comissões de Orientação e Fiscalização, Ética, de Psicologia e Política de Assistência Social, Grupo de Trabalho de Psicologia Jurídica, impactando no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), foi a elaboração de documentos. Por envolver, na maior parte dos casos, uma resposta ao Poder Judiciário – questão relativamente nova para a categoria –, desencadeou um número significativo de julgamentos éticos nestes últimos anos.

Na análise do XIV Plenário, a transformação em ações judiciais de questões que poderiam ser simplesmente mediadas é um fenômeno recente e crescente. A Psicologia, então, é muito impactada pois se vê obrigada a elaborar documentos que, por muitas vezes, definirão a vida do sujeito.

## CONVERGÊNCIA DE DEMANDAS

Por causa da crise ambiental e do desastre ocorrido na região de Mariana, a Psicologia nas emergências e desastres também se tornou foco neste período. Capacitações, debates e a produção de conteúdo, como as cartilhas "Recomendações para recuperação emocional à população afetada por catástrofes" e "O cuidado com crianças e adolescentes afetados por catástrofes", entrou na pauta urgente do Conselho.

Imperativa e tão importante que perpassou os debates de gênero, saúde mental, despatologização das identidades trans e violência foi a questão da laicidade do Estado e da profissão. Paralelamente ao crescimento do conservadorismo na política e na sociedade, Roberto Chateaubriand Domingues atribui o problema também à incapacidade dos cursos de formação em se descolar do modelo tecnicista. "A reflexão sobre a prática é improrrogável. Tudo o que pudemos ver nesta lente de aumento do Conselho deságua no ensino da Psicologia, que ainda carece de atualização, de mais entendimento do que os sujeitos estão produzindo. Para o XIV Plenário, esse é o desafio que não se esgota aqui. Ele é permanente. A Psicologia é transformadora e, portanto, deve se ressignificar o tempo todo", conclui.

'D'v'P'e'ũ'r's'd'd'u  
 /c/n/u/s/v.r.ã.o  
 o/a t a v r.ã o  
 ç z s c u / o  
 F E U  
 o/a  
 rização  
**Escuta Inclusão**  
**Diversidade** Pluralidade  
 Democracia Direitos Humanos  
 reconhecimento direitos de cidadania  
 construção coletiva políticas públicas  
**Ética transformação social**  
**ciência e profissão**

## 10 ANOS DE CREPOP

O XIV Plenário concluiu sua gestão marcando os dez anos de existência do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). Nestes três anos, o Crepop em Minas Gerais optou por ações regionalizadas, com trabalhos voltados para o segmento de população em situação de rua, álcool e outras drogas, entre outros temas que dizem respeito a uma demanda mais localizada.

Ricardo Moretzsohn, conselheiro vice-presidente do CRP-MG, explica que essa foi a saída do Conselho para manter o desenvolvimento do Crepop em um momento crítico de incluir tentativas de desmantelamento dessa política. Segundo ele, nos últimos anos, o Conselho Federal de Psicologia passou a responder às demandas sob outra perspectiva, “legítima, mas, a nosso ver, não a mais adequada”, diz.

A gestão atual do CRP-MG, conforme explica o conselheiro vice-presidente, entende que a interface da Psicologia com as políticas públicas se dá por meio de intervenções coletivas, utilizando sempre os saberes da categoria. “É possível, sim, operar junto e considerar respostas de quem tem uma atuação mais individualizada, de quem está



desvinculada das políticas públicas. É importante ter outro tipo de atenção, mas nunca em detrimento da outra, como está sendo feito nestes últimos anos”, pontua Moretzsohn.

Na visão do XIV Plenário, o Crepop é uma das grandes estratégias criadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, uma vez que tem dupla função: qualifica o exercício profissional com base em pesquisas, referências técnicas, publicações, oferecendo diretrizes que podem ser mudadas, revistas, e é capaz de abrir outras frentes de trabalho. “A partir do Crepop, vemos a incidência da Psicologia nas mais diversas políticas públicas e não apenas na Saúde e Assistência Social. Hoje é difícil pensar em uma política pública na qual a Psicologia não esteja sendo convocada a produzir respostas”, conclui o vice-presidente.

## 30 HORAS DA PSICOLOGIA

A luta pela jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para psicólogas(os) mobilizou muitos esforços da gestão e da categoria nos últimos três anos. No entanto, em março de 2015, o veto presidencial à proposta foi mantido pelo Congresso Nacional e, no mesmo mês, uma nova proposta foi apresentada, o Projeto de Lei 769/2015, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, o que, na visão do XIV Plenário, deu-

se por razões que escapam à governabilidade do Sistema Conselhos.

A campanha das 30 horas da Psicologia está estruturada em duas linhas de argumentação que se completam e devem ser priorizadas conforme o momento. Uma defende que a medida levará a abertura de novos postos de trabalho. A outra coloca que a redução da jornada será possível por meio de uma reorganização das equipes e do trabalho ofertado.

# POSICIONAMENTO POLÍTICO

*Conselhos têm uma representação social diante dos poderes constituídos*

“Os conselhos de Psicologia há muitos anos se posicionam politicamente e, com o passar dos anos, têm tido a compreensão de que seu papel deve ir além de orientar e fiscalizar a profissão: têm as funções de mediar a relação categoria–sociedade e de defender conquistas sociais”, afirma Ricardo Moretzsohn, conselheiro vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG). Segundo ele,

essa posição se tornou hegemônica dos CRPs, que hoje constituem uma representação social qualificada frente aos poderes constituídos, marcando o lugar da Psicologia. “A sociedade reconhece a importância da nossa profissão”, conclui Moretzsohn.

Nos últimos três anos, o CRP-MG se posicionou diante de diversos temas:

**29/10/2015** – Apoia os organizadores da “Parada Gaúcha do Orgulho Louco”, que foi repudiada por entidades médicas e da Psiquiatria.

**30/6/2015** – Repudia ofensas dirigidas ao Sistema Conselhos de Psicologia durante audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados, em 24 de junho de 2015.

**3/9/2015** – Repudia atos de violência contra pessoas da etnia guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

**15/5/2015** – Reafirma seu compromisso ético, político e social em prol da garantia de direitos para a população LGBT.

**13/11/2015** – Solidariza-se com a população de Mariana, em razão do desastre ambiental ocorrido, e convoca a categoria para discutir diretrizes para a atuação da(o) psicóloga(o) nas situações de emergência e desastres.

**27/1/2016** – Veicula nota reafirmando a importância fundamental do acesso à retificação do registro civil e ao processo transexualizador.

**10/12/2015** – Assina o documento “A Psicologia em defesa da democracia do Estado de Direito”.

**26/4/2016** – Repudia declarações do deputado federal Jair Bolsonaro durante sessão da Câmara de Deputados, realizada em 17 de abril de 2016, em que homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador durante a ditadura civil-militar no Brasil.

**8/4/2014** – Repudia a propostas de redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

**27/5/2014** – Defende o arquivamento do Projeto de Lei 6.583/2013, que institui o Estatuto da Família.

**29/4/2014** – Assina nota apresentando denúncias sobre violações de direitos contra as pessoas em situação de rua e os usuários de drogas no Município de Belo Horizonte.

**13/6/2014** – Assina posicionamento contrário a imposições de dogma religioso sobre o Estado, a ciência e a profissão que naturalizem a desigualdade social, a pobreza ou o cerceamento dos direitos constitucionais.

**5/3/2015** – É contra o financiamento público de comunidades terapêuticas e outras entidades.

**12/9/2014** – É contra a aprovação do Projeto de Lei 1.635/2011, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual para Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Oficial de Educação.

**23/9/2014** – Repudia a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de suspender a saída de 76 pacientes de hospitais psiquiátricos, em Barbacena, para serviços residenciais terapêuticos.

**24/8/2014** – Apoiar moradores de comunidades na região do Isidoro, situada em Belo Horizonte e Santa Luzia. Repudia a intenção de reintegração de posse do terreno e se coloca contrário à participação de psicólogos(os) em ações de reintegração.

**5/5/2016** – É contra a Proposta de Emenda à Constituição 143/2015 que reinstalou a desvinculação de receitas da União, enfraquecendo financeiramente equipamentos públicos de saúde.

**20/7/2016** – Repudia a inclusão do “Programa Escola sem Partido” entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**6/4/2016** – Apoiar o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

**21/7/2016** – Convoca categoria a se posicionar contra o “ato médico” no Senado. A Casa abriu consulta pública sobre o Projeto de Lei do Senado 350/2014, que é uma nova versão do “ato médico”.

# UMA GESTÃO PLURAL

*Atuando em conjunto, comissões e grupos de trabalho problematizaram as principais demandas da categoria.*

Como regular e, ao mesmo tempo, colaborar para o desenvolvimento de um exercício profissional cujo objeto é tão complexo e dinâmico quanto o ser humano? Para dar conta de todas as facetas, conquistas e desafios inerentes à prática da Psicologia, principalmente nas políticas públicas, o Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG) atuou, nestes três anos, por meio de suas comissões temáticas e grupos de trabalho, alicerçado na prática diária da categoria. Muitas vezes com atividades e demandas convergentes e inéditas, elas estimularam o diálogo entre si e entre os vários setores da sociedade para entender melhor de que forma a Psicologia pode

contribuir na defesa intransigente dos direitos dos cidadãos.

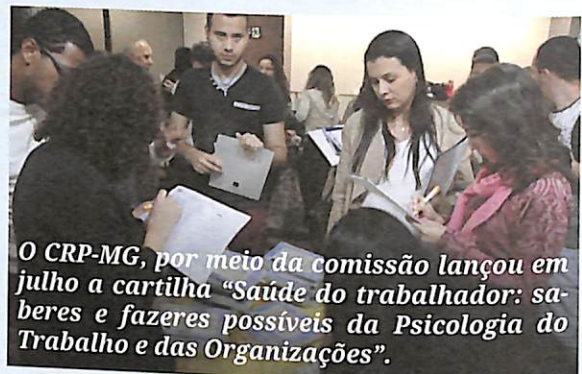
Na visão do XIV Plenário, quanto maior for a participação da categoria nos processos de gestão, mais sofisticado e apurado se tornará esse fazer. Entre os avanços que merecem destaque está o fato do Poder Público convidar as(os) psicólogas(os) para ajudar a pensar as políticas públicas desde sua criação, e não somente executá-las, como acontecia em um passado recente da profissão.

Um panorama das principais questões, demandas, angústias e conquistas debatidas pelo Conselho está descrito a seguir, a partir da atuação de cada equipe.

## COMISSÃO PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Criada para pensar a atuação da(o) psicóloga(o) nos diversos espaços de trabalho e dentro do ambiente organizacional, a Comissão também debateu demandas que chegaram para as comissões de Ética e de Psicologia Jurídica. "Como o trabalho é um aspecto central na vida dos sujeitos e, portanto, na atuação das(os) profissionais da Psicologia, nosso esforço é, muitas vezes, em conjunto com outros grupos do Conselho", explica a integrante da Comissão, Nanci Rajão. Entre as questões discutidas, figuraram demandas das pessoas com deficiência, a relação da(o) psicóloga(o) com o administrador de empresas, a saúde do trabalhador, a segurança do trabalho e a atuação junto ao trabalhador vítima de acidente (por exemplo, na recente tragédia de Mariana). Nanci destaca o enfrentamento da proposta de que psicólogas(os) do trabalho

deveriam se filiar ao Conselho de Administração como uma conquista da Comissão. Ela lembra ainda que, no último dia 29 de julho, foi lançada a cartilha "Saúde do trabalhador: saberes e fazeres possíveis da Psicologia do Trabalho e das Organizações", que discute temas de grande relevância para a Comissão, tais como a dor no trabalho, a empregabilidade da pessoa com deficiência, a violência e sofrimento no trabalho, e os impactos do trabalho na subjetividade do trabalhador.



**O CRP-MG, por meio da comissão lançou em julho a cartilha "Saúde do trabalhador: saberes e fazeres possíveis da Psicologia do Trabalho e das Organizações".**



## COMISSÃO DE PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Enxergar a formação como um espaço multi, pluri e transdisciplinar é a grande marca do trabalho da Comissão nesta gestão, segundo Lecy Rodrigues Moreira, que também integra a diretoria da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). A equipe se debruçou sobre temas relativos à formação da(o) psicóloga(o), como o estágio, a licenciatura, o respeito à dignidade das pessoas com sofrimento mental que, “muitas vezes, têm sua condição espetacularizada por disciplinas que levam alunas(os) aos hospitais psiquiátricos”. Uma discussão ainda em aberto apontada por ela é como a formação tem preparado profissionais para tratar pessoas portadoras de necessidades especiais como surdos-mudos. Atualmente o atendimento se dá com a mediação de um tradutor, mas a Comissão questiona se a(o) psicóloga(o) não deveria se comunicar em língua de sinais para melhor compreender a fala do indivíduo. “Na medida em que a formação vai ficando mais inclusiva e a Psicologia entra no campo do social, a formação sozinha não dá conta. Por isso é preciso fazer constantes debates”, conclui Lecy.



*A comissão realiza a cada semestre o Encontro de Coordenadores de Curso de Psicologia para atualizar as discussões sobre a graduação.*

## GRUPO DE TRABALHO DE PSICOLOGIA JURÍDICA

O trabalho dessa equipe foi pensar a atuação da(o) profissional da Psicologia dentro dos ambientes do Direito, principalmente na elucidação de aspectos técnicos do ponto de vista psíquico: questões que envolvem guarda de crianças, interdição de pessoas com sofrimento mental ou idosos, crianças ou adolescentes com medidas protetivas a serem cumpridas, mulheres que sofreram algum tipo de violência, casos de abuso sexual. “Esse GT é muito caro para o Conselho, porque é o espaço em que consolidamos esse fazer em interlocução com o Direto. Articulamos novas políticas, organizamos seminários e produzimos notas de referência técnica para a área”, explica a integrante do grupo, Marília Oliveira. Ela espera que o GT se torne uma comissão nas próximas gestões. Segundo ela, uma iniciativa interessante foi a criação de um grupo no WhatsApp, para incrementar a interação das(os) profissionais da capital e do interior, agilizando a organização de eventos que possam sensibilizar os operadores do Direito quanto a questões debatidas pelo grupo. Dentre as atividades da gestão, Marília destaca ainda o Seminário Psicologia Jurídica e Direitos Humanos, realizado pelo CRP-MG em novembro de 2015, que promoveu debates profundos entre os convidados e uma plateia plural, formada por estudantes de Direito e de Psicologia, assistentes sociais e promotores.



*O seminário “A verdade transitando sobre o fio da navalha” mostrou as diversas oportunidades nas quais a Psicologia é reconhecida pelo Judiciário.*

## GRUPO DE TRABALHO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

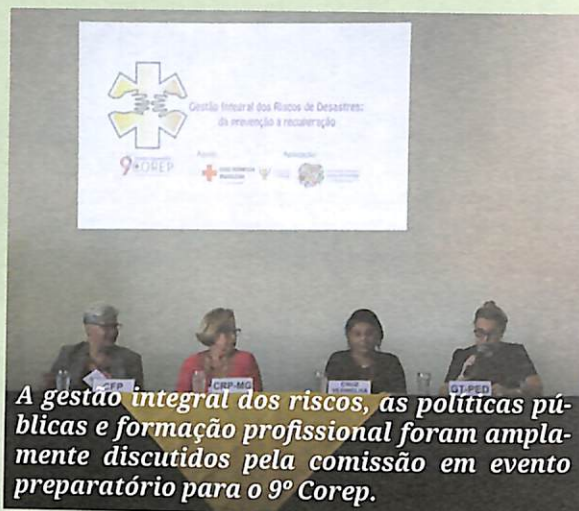
Durante a gestão, esse Grupo de Trabalho atuou muito próximo à Comissão de Psicólogos da Saúde e o destaque dessa parceria foi a revogação da Resolução 001/2012 do CFP, que regulava a inscrição de comunidades terapêuticas. Segundo Helena Abreu, conselheira coordenadora do GT Álcool e Drogas do CRP-MG, o Conselho tem muitas críticas a essas entidades que, na maioria das vezes, contrariam princípios defendidos pela categoria, como a internação voluntária e uma postura de redução de danos. Um desafio ainda em aberto na opinião de Helena é a discussão sobre a legalização de drogas como a maconha, que já ocorre com intensidade em países como o Uruguai, Portugal, Canadá, Inglaterra e França. “Eu entendo que CRP precisa estabelecer uma postura clara e bem fundamentada sobre o assunto, para orientar a atuação das(os) psicólogas(os), principalmente as(os) que trabalham nas políticas públicas”, explica a coordenadora.



*Em setembro de 2015 o GT promoveu o Seminário “Álcool e outras drogas. Direitos humanos e ações libertárias”, em Pouso Alegre.*

## COMISSÃO DE PSICOLOGIA DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Debruçada sobre um campo de conhecimento mais recente, essa Comissão discute e cria estudos, eventos e ferramentas para orientar o trabalho da(o) psicóloga(o) no atendimento a sujeitos atingidos por acidentes e outras situações de emergência. Segundo a coordenadora e conselheira Elaine Zanolla, não há grade curricular na graduação nem muitos cursos extras capazes de preparar a(o) psicóloga(o) para agir nesses contextos, por isso é tão importante o trabalho da Comissão. As políticas públicas são o foco de atuação dessa equipe, já que o trabalho da(o) psicóloga(o) nesse setor é sempre em parceria com instituições como a Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Saúde, o Corpo de Bombeiros e profissionais da Medicina e da Enfermagem. O principal desafio das(os) psicólogas(os) percebido pela Comissão tem sido escolher as ferramentas corretas diante do imediatismo imposto pela situação. Segundo Zanolla, o evento mais marcante da gestão foi o trabalho com os sujeitos atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana, em novembro de 2015. “Como o Brasil não tem vulcões e terremotos, essa é uma área do conhecimento que está começando a ser sistematizada, e o CRP-MG, entendendo a importância permanente das discussões, transformou em Comissão o grupo de trabalho”, explica a conselheira.



*A gestão integral dos riscos, as políticas públicas e formação profissional foram amplamente discutidos pela comissão em evento preparatório para o 9º Corep.*

## GRUPO DE TRABALHO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Criado na gestão atual (em 2014), o Grupo debate a atuação das(os) psicólogas(os) dentro das escolas e em outros espaços de Educação, promovendo o intercâmbio de experiências e conhecimentos. Segundo Ivanilson Eleutério, integrante da equipe e psicólogo da Rede Municipal de Educação de Pará de Minas, a principal angústia da categoria é em relação ao baixo investimento público nas escolas e ao desprestígio da atuação da(o) psicóloga(o) na Educação. Para ele, a(o) profissional carrega a expectativa equivocada de terceiros relacionada à “cura” de aluno que não aprende ou que não “se comporta” e, muitas vezes, acaba refém dessa demanda das escolas. “Essa visão clínica, medicalizante e normatizante da profissão ainda existe e resiste”, explica. Um evento importante organizado pelo GT foi a Mostra de Práticas em Psicologia e Educação, realizada em julho deste ano e que contribuiu justamente para confirmar e dar visibilidade a diversas(os) psicólogas(os) que

desenvolvem práticas inovadoras. Segundo Ivanilson, isso é importante para mostrar que existem outros caminhos, mais adequados, que não a clínica.



*Experiências exitosas no ambiente escolar estiveram em pauta com ampla participação de psicólogas(os) e educadores.*

## COMISSÃO DOS PSICÓLOGOS DA SAÚDE

A equipe tem por objetivo aglutinar as discussões técnicas e políticas que envolvem a atuação da(o) psicóloga(o) no âmbito da saúde, principalmente na saúde pública. Segundo Lourdes Machado, integrante da Comissão e membro da mesa diretora do Conselho Estadual de Saúde, a principal tarefa das(os) profissionais que atuam nesse setor é contribuir para a não alienação de usuárias e usuários em processos de recuperação de uma condição de saúde. Representante do CRP no Sistema Único de Saúde (SUS), Lourdes afirma que o Conselho tem se destacado em ações na defesa da saúde 100% pública, estatal e inclusiva. Como no caso do enfrentamento à Resolução 001/2012 do CFP, que legislava sobre comunidades terapêuticas, muito criticadas pelo CRP. Sobre as dificuldades e falta de recurso usual dos equipamentos e políticas públicas, Lourdes Machado defende: “precisamos superar o mito de que só se houver condições

objetivas e poderosas é que se consegue mudar a realidade. Precisamos usar nossas representações, nossa voz e nossa disposição para avançar nas questões do SUS e defender uma política pública de qualidade”.



*A mobilização “Fora Valêncio” foi um dos momentos mais marcantes da Saúde nesse período.*

## COMISSÃO DE PSICOLOGIA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um dos marcos recentes para o reconhecimento da profissão no âmbito das políticas públicas foi a Resolução 17/2011, que tornou obrigatória a presença de psicólogas(os) nas equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo Deborah Akerman, coordenadora da Comissão, agravou-se aí uma espécie de crise de identidade da(o) profissional da Psicologia que, muitas vezes, vale-se de técnicas da Assistência Social no atendimento a populações em situação de vulnerabilidade. “Percebemos, tanto na capital quanto no interior, que isso gera um estranhamento, mas o nosso trabalho tem sido mostrar para à(o) psicóloga(o) que a atuação deve ser feita de maneira interdisciplinar, em conjunto com os profissionais da Assistência Social, mas com técnicas específicas da Psicologia”, explica Deborah, que ressalta também a realização do II Encontro Mineiro das(os) Psicólogas(os) do SUAS – Conversações sobre o Cotidiano, ocorrido em fevereiro deste ano. Além dessa questão, a Comissão realizou mais de 30 rodas de conversa na

capital e nas subseções, para debater as conquistas e angústias das(os) profissionais, como a dificuldade em produzir documentos, a excessiva judicialização do trabalho da(o) psicóloga(o) e o impasse diante da postura clientelista e imediatista de muitas secretarias e prefeituras, que prejudicam princípios tão caros à Psicologia, como o da promoção e da autonomia do sujeito.



**II Encontro do SUAS reuniu psicólogas de todo o Estado para debater os principais problemas da atuação nessa política pública.**

## COMISSÃO DE MULHERES E QUESTÕES DE GÊNERO

“Esta é uma Comissão fundamental para pensar a categoria, já que o contingente profissional de psicólogas(os) é formado em 89% por mulheres”, pontua Marisa Sanabria. A conselheira e integrante da Comissão conta que o grupo tem trabalhado questões contemporâneas em relação à mulher (saúde, educação, violência, trabalho) e conquistado destaque e diálogo em vários espaços, como a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o Conselho Estadual de Mulheres, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a UFMG. Marisa destaca também a ação de capacitação de funcionários das 15 regionais da Prefeitura de Belo Horizonte, realizada no ano passado, que abordou o tempo público e privado da mulher e a violência impelida pelo tempo de trabalho, que gera impactos físicos e mentais sobre essa trabalhadora. Segundo a conselheira do CRP-MG, as profissionais da Psicologia têm trazido

outras angústias comuns a outras mulheres, como a complexa relação entre a maternidade e o tempo de trabalho, e a dificuldade em conciliar a rotina com mestrados e doutorados. “Nós vemos uma psicóloga que precisa de atenção, de um olhar mais detalhado, de um entendimento e um espaço para poder falar dessas questões no cotidiano e que é como se olhássemos distraidamente”, conclui.



**Durante a II Mostra Mineira de Práticas em Psicologia a comissão organizou diversas rodas de conversa sobre questões de gênero.**

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

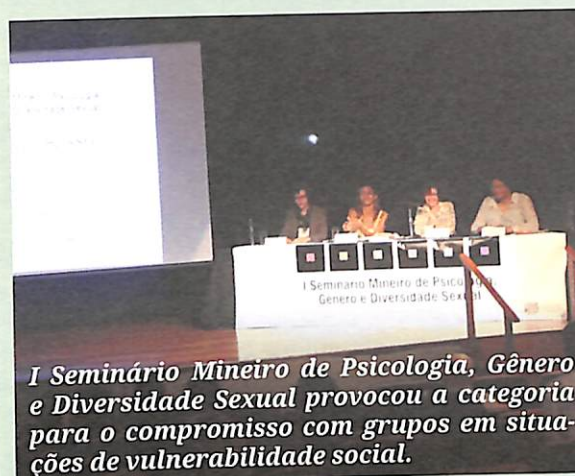
A Comissão tem a função de ser o canal de interlocução da Psicologia e da(os) psicóloga(os) com a sociedade nas pautas, situações e temas que representem violações de direitos e também nas propostas de avanço dos direitos humanos. Dentre as principais atividades da equipe nessa gestão, a coordenadora Rosimeire Silva destaca a produção de documentos e posicionamentos contrários à proposta de redução da maioria penal e acerca da regulamentação das comunidades terapêuticas; em conjunto com outras entidades, a Comissão também se manifestou contrária ao fechamento do programa Miguilim e à prática de recolhimento de pertences dos moradores de rua em Belo Horizonte. Também foram organizados, em parceria com a Comissão de Psicologia Jurídica, o seminário “A verdade transitando sobre o fio da navalha”, que discutiu as mudanças que estão acontecendo na relação entre a Psicologia e o Sistema de Justiça, e o ciclo de debates “Violência de Estado”, construído em parceria com movimentos sociais, já que, segundo Rosimeire, uma das preocupações da Comissão era produzir uma discussão enraizada na cidade e não apenas mais um evento sobre o tema. Para a coordenadora, “a pauta de direitos humanos constitui-se ainda como uma novidade para a categoria e, nesse sentido, a percepção sobre o elo existente entre Psicologia e os Direitos Humanos vai sendo construída à medida em que as discussões avançam”.



*Na posse da Comissão de Direitos Humanos foi lançado o livro “A verdade é revolucionária”.*

## COMISSÃO DE PSICOLOGIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A Comissão, que começou a atuar como um grupo de trabalho ainda nesta gestão, procurou discutir temas afeitos à comunidade LGBT e, segundo a psicóloga Priscila Messiane, funcionou também como um espaço de visibilidade para lésbicas, gays, bissexuais e outras identidades de gênero. Os debates promovidos pela Comissão desempenharam também um papel de formação política e social, que ajudam a questionar e criar melhores políticas públicas sobre o assunto, já que, segundo Priscila, apesar de o assunto estar em pauta na imprensa e nas mídias sociais, ainda há uma lacuna na grade curricular das(os) alunas(os) de Psicologia. Essa deficiência da formação acadêmica é a principal angústia trazida por estudantes e profissionais à Comissão e está ligada a uma prática recorrente de incorporar as especificidades do tema a discussões gerais sobre Direitos Humanos. Dentre os eventos realizados pela Comissão, Priscila destaca o I Seminário Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual, realizado em junho deste ano e que reuniu em mesas e rodas de conversa psicólogas(os), pesquisadores, estudantes e ativistas. Para ela, ainda há muito trabalho, mas a atuação da Comissão foi importante por buscar diálogos entre academia, profissionais e movimentos sociais em torno de um tema tão complexo e recente no debate público.



*I Seminário Mineiro de Psicologia, Gênero e Diversidade Sexual provocou a categoria para o compromisso com grupos em situações de vulnerabilidade social.*

# PSICOLOGIA E RELIGIÃO: CONFLITOS E CONFLUÊNCIAS

Luiz Eduardo Valiengo Berni é doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciência da Religião pela (PUC-SP) e psicólogo pelas Faculdades São Marcos (Unimarco). Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), Berni é também o organizador e um dos autores da coletânea "Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade", lançada pelo CRP-SP em junho deste ano e produzida a partir dos seminários estaduais "Psicologia, laicidade e as relações com a religião e a espiritualidade". Em entrevista ao *Jornal da Psicologia*, o pesquisador fala sobre a complexa relação entre Psicologia e religião, e como essa combinação pode tanto aprisionar a subjetividade de um indivíduo quanto o auxiliar na promoção de enfrentamentos positivos e na garantia de direitos humanos.

**Jornal da Psicologia** – Temos assistido a situações que desconsideram a laicidade na Psicologia, tanto na formação como na atuação profissional. Como você avalia essa questão?

**Luiz Eduardo Valiengo Berni** – Penso que o foco do problema está centrado na atuação profissional, mas decorre de um processo ruim de formação. Esse é um elemento que tem impactos importantes na formação da subjetividade do povo brasileiro, mas as(os) psicólogas(os) não discutem isso na formação. Assim, ou negam a possibilidade de discutir o assunto, centrando-se numa perspectiva equivocada que pode depreender da leitura de Freud, ou mergulham numa Psicologia religiosa sem perceberem que o fazem. Acho também que, muitas vezes, os jargões que usamos no Sistema Conselhos dificultam a compreensão do que de fato estamos discutindo. Usamos o termo "laicidade" para descrever o que é compreendido como *coping* (termo em inglês que pode ser entendido como "enfrentamento") religioso negativo, ou seja, o conflito entre a moralidade cristã e as questões de sexualidade e gênero. Não dialogamos com o aspecto positivo da relação entre Psicologia e religião, o chamado *coping* religioso positivo, ou seja, a capacidade que a religião tem de ajudar a lidar com as dificuldades, promovendo o enfrentamento positivo e a resiliência para lidar com as adversidades.

**JP** – Como você enxerga a relação entre as práticas não hegemônicas e saberes tradicionais com o fundamentalismo religioso e a laicidade?

**LEVB** – Prefiro usar o termo "epistemologia" do que "práticas", visto que decorrem de estudos científicos que podem qualificar práticas tradicionais, ou religiosas, como técnicas de saúde, ou psicológicas, quando desprovidas de seu conteúdo mito-simbólico. A meditação, por exemplo, é bastante estudada e considerada uma técnica qualificada na área da saúde. A Psicologia Transpessoal também tem importantes contribuições, sendo muito utilizada em programas ligados ao desenvolvimento da espiritualidade, como no Instituto de Psiquiatria da USP. Há outras universidades públicas, como a Universidade Federal de Pernambuco, que têm programas ligados à produção de conhecimento não hegemônico e que são absolutamente desconhecidos. Essas abordagens dialogam com conhecimentos tradicionais, como os dos indígenas, africanos, indianos e budistas e, normalmente, estão distantes do fundamentalismo cristão, que é mais presente na nossa sociedade.

**JP** – A religião não aprisiona a subjetividade?

**LEVB** – Sim, sobretudo quando se dá a partir de aspectos rígidos, centrados numa perspectiva exclusivamente moral. Os ambientes fundamentalistas

são muito centrados nessa dimensão, mas a religião brasileira é sincrética, então as pessoas fazem ajustes pessoais na religião para adequá-la às suas perspectivas pessoais sem grandes incômodos. Todavia, em práticas muito vinculadas às Igrejas como instituição, isso fica um pouco mais complicado. Há uma tendência ao aprisionamento da subjetividade numa perspectiva de heteronomia, ou seja, de moldar os sujeitos aos preceitos do dogma. Essa é outra dimensão do conflito com a Psicologia, centrada no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

**JP** – Como ficam as questões de direitos humanos nesse contexto?

**LEVB** – Uma boa relação da religião com a Psicologia é quando os direitos humanos são colocados acima das crenças. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante a ditadura militar, a partir do entendimento do cardeal Arns com o rabino Sobel no caso do jornalista Vladimir Herzog. Eles colocaram os direitos humanos acima de suas confissões de fé e então atuaram a favor da espiritualidade que une a todos na busca do sentido da vida. Foi a favor da vida que agiram, subordinando a fé a essa perspectiva. Assim deve fundamentalmente agir também a(o) profissional da Psicologia.

**JP** – Durante a atual gestão dos Conselhos de Psicologia, houve muita polêmica em relação à denominada “Psicologia Cristã”. Como compreender essa questão?

**LEVB** – É absolutamente inadequado alguém se denominar psicólogo cristão, pelo fato de que a Psicologia, uma profissão laica, não pode ser qualificada por um elemento advindo da religião. As(os) profissionais não são psicólogas(os) cristãs(ãos), mas cristãs(ãos) psicólogas(os), o que é completamente diferente. Isso não significa que não possa existir uma Psicologia do cristianismo. Teoricamente isso é possível, pois toda religião tem uma dimensão psicológica. O fato de podermos, do ponto de vista da pesquisa científica, encontrar uma etnopsicologia do cristianismo, do espiritismo ou da tradição dos índios guaranis não a qualifica para aplicá-la no contexto profissional. Então devemos nos perguntar: onde estão as teses e artigos científicos que qualificam esse conhecimento?

**JP** – Qual a sua opinião sobre a intolerância religiosa tão fomentada pela mídia?

**LEVB** – A intolerância é uma característica humana e reflete a pouca disponibilidade para a alteridade.

*“É absolutamente inadequado alguém se denominar psicólogo cristão, pelo fato de que a Psicologia, uma profissão laica, não pode ser qualificada por um elemento advindo da religião.”*

Creio que o momento histórico que estamos vivendo, marcado por retrocessos, potencializa a questão, e a mídia quer mostrar isso como manchete. A Psicologia tem muito a contribuir nesse sentido, pois, quando as pessoas saem da zona de conforto, ficam encantadas ao descobrirem que são mais iguais aos outros do que pensavam, mesmo tendo crenças tão diferentes. Um dia desses, uma psicóloga relatou, em um de nossos encontros no CRP-SP, como as diferentes fés se encontravam em um grupo de acolhimento a pessoas enlutadas que ela coordena. Isso é absolutamente fantástico. A Nota Técnica do Sistema Conselhos de 2013 apresenta essa questão com muita clareza, mas ainda é pouco conhecida pela categoria. Mas é em casos como esse que vemos o que se denomina espiritualidade, que está na base da busca pelo sentido da vida.



# DESAFIOS ATUAIS DO FEMINISMO

**Tayane Lino**

Psicóloga e Doutoranda em  
Psicologia pela UFMG.

 *Clique aqui para ver o conteúdo especial.*

Os feminismos têm atuado de modo a desvelar e reinterpretar a história da sociedade, atentando-se a como as mulheres passaram a ocupar, em um suposto caráter de destino, posições sociais subalternas no contexto social moderno. Nesses termos, buscam se aproximar do modo pelo qual as mulheres reivindicaram o reino da palavra, ou seja, a fala, a escuta social e a aquisição de direitos. Os feminismos têm se perguntado sobre quais verdades ocupam o status de universal e qual projeto de sociedade em jogo.

Se, na atualidade, falamos de feminismos é porque um processo histórico de avanços e rupturas foi sendo produzido por inúmeras mulheres em suas lutas e experiências diversas. A estruturação e a orquestração dessa multiplicidade ao longo da história se manifestam em diferentes feminismos, problematizando as relações entre mulheres e homens, mas também entre mulheres, promovendo a desnaturalização dos contextos a partir dos quais emergiam e politizaram as relações em diferentes esferas da vida. O que é certo, na experiência feminista, é que a prática articulatória de demandas e reivindicações se dá a partir de um olhar que rompe com a ideia de linearidade, simetria e continuidade.

A história feminista tem ênfase em conflitos, tensões e dilemas importantes, sendo mais comumente contada com base no modelo historiográfico das ondas ou correntes, sendo o (re)contar e (re)significar, por si só, um desafio. Contar essa história a partir das suas ondas lança cada um de nós no difícil exercício de olhar para o passado e para o presente, tecendo futuros e vislumbrando novos horizontes.

Em sua primeira onda, o movimento nomeado sufragista afirma as distinções sexuais, denunciando que estas têm sido tratadas socialmente como a justificativa para a inferiorização das mulheres. Dão ênfase,

principalmente, ao subjugar que as mulheres ocupam no campo político, baseando-se no direito a votar e ser votado concedido apenas aos homens. As lutas versam em torno do direito à propriedade, ao voto e outras garantias civis. Depois de um período de aparente desarticulação, vê-se surgir uma nova onda de ações coletivas que questionam a lógica do público e do privado. O slogan "o pessoal é político" questiona os parâmetros conceituais do político, a lógica do público e do privado, e amplia a ideia da política, do político e da esfera pública.

Há, na segunda onda, um questionamento dos espaços sociais relegados às mulheres, até então consideradas como pertencentes à esfera do lar – casa, família, educação dos filhos. As feministas exigem que essa esfera passe a ser passível de questionamento público, ao mesmo tempo em que as instâncias tradicionais do público, o mundo da rua – trabalho, ciência, política – sejam tidas como espaços, também, da mulher. Nesses termos, ao afirmar que o pessoal também é político, as feministas trazem para o espaço da discussão pública as questões que até então eram tidas como específicas do privado, rompendo com a dicotomia público-privado, apresentando ao mundo o contínuo que constrói essas esferas. A luta pela mudança nas relações domésticas e trabalhistas, o direito ao uso do próprio corpo, a busca pela ruptura da dominação masculina nos matrimônios são importantes questões e bandeiras do movimento.

A terceira onda, para muitas, ainda vigente, é marcado pelo questionamento da homogeneização da mulher no interior do movimento feminista, que se reflete nas demandas sociais do grupo, na luta por direitos. Há, por parte das feministas não brancas, não heterossexuais, não ricas, o questionamento de que a forma de organização do movimento tem tido





como resultado a caracterização deste como um movimento de mulheres brancas, de classe média e intelectualizada. Nesse cenário de conflitos internos e denúncia da reprodução de desigualdades sociais no interior do movimento, começam a ganhar força discursos que marcam a localização geográfica, social, racial entre outras. Feministas, sobretudo negras, terceiro-mundistas, lésbicas e latinas realizam diversas críticas ao movimento feminista, denunciando a invisibilidade destas no movimento e a necessidade de ampliação da plataforma de ação feminista. O tratamento secundarizado das questões destas outras feministas é questionado nas ações e na produção teórica em que aparecem como “sujeitos implícitos”.

Duras críticas são feitas a um sujeito feminino a partir da denúncia de que essas “outras mulheres” continuam a ocupar o lugar subalterno, tanto internamente ao movimento quanto na esfera pública, sendo nesses espaços reiteradas condutas racistas, homofóbicas, coloniais, entre outras. Se até esse momento os feminismos trazem para a cena a impossibilidade de um universal como o masculino, estas “outras mulheres” explicitam a impossibilidade de uma homogeneização do sujeito do feminismo e do feminino. Assim, o humano é constituído da multiplicidade, não existindo nem um homem nem uma mulher “universal”, e sim homens e mulheres que as relações sociais tor-

nam, social e politicamente, desiguais. Tal afirmação traz consigo o questionamento sobre a mulher como categoria social única.

Entre os muitos desafios aos feminismos, algumas perguntas se fazem urgentes: será que todas as mulheres têm as mesmas demandas? Acessam as políticas do mesmo jeito? Precisam da mesma atenção do Estado? Vivenciam as mesmas opressões e violências? Talvez hoje o maior desafio aos feminismos seja balizar e negociar demandas comuns e demandas específicas dessas múltiplas mulheres.

O como não está dado, mas é certo que as mulheres têm caminhado na busca por igualdade e equidade de gênero, na luta por espaços inclusivos e por maior participação de mulheres na política, pela equiparação de salários entre homens e mulheres e entre mulheres, no enfrentamento aos crimes de ódio, ao feminicídio, ao preconceito e à discriminação contra as mulheres em sua pluralidade, pela autonomia e poder de decisão de mulheres na vida pública em sua multiplicidade.

É inegável que os feminismos, assim revisitados, têm assumido variadas tendências e vêm problematizando a estrutura social e a si mesmos ao longo dos tempos, em permanente (des)construção. Não há dúvidas de que mudanças significativas aconteceram do século XIX até os dias atuais.

# CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA

*Questões discutidas pelas comissões de Orientação e Fiscalização e de Ética revelam desafios e conquistas da Psicologia*



O Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais (CRP-MG) desenvolve suas atividades em Belo Horizonte e nas subsedes do interior do Estado, por meio das comissões e grupos de trabalho, os GTs. Mas duas delas atuam em conjunto: a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e a Comissão de Ética (COE). Para o presidente da COF, Túlio Picinini, estas são “o coração do CRP”, uma vez que suas atuações específicas coincidem com o próprio papel do Conselho. A função da COF é orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das(os) psicólogas(os), para que a atuação aconteça dentro dos parâmetros legais. Túlio Picinini acrescenta que o objetivo não é somente encaminhar para a punição ou dizer quais são as regras que foram violadas, mas principalmente escutar o que as(os) psicólogas(os) têm a dizer e magnificar essa fala para que outras(os) profissionais ouçam, debatam sobre o assunto e evoluam juntos como categoria.

## **CRISE DE IDENTIDADE**

Dentre as questões mais discutidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), Picinini destaca uma espécie de “crise de identidade da profissão”, que é uma dificuldade de as(os) profissionais da Psicologia se reconhecerem como tais em algumas situações. Essa dificuldade generalizada de a(o) psicóloga(o) se identificar como tal acontece quando sua atuação toca outros âmbitos que não são a tradicional Psicologia clínica, por exemplo, na atuação como um coach, como profissional de recursos humanos de alguma empresa ou em qualquer outro ambiente multidisciplinar que se confunda com a Administração.

Picinini conta também que, muitas vezes, a(o) profissional desse lugar pouco usual diz que lhe faltam ferramentas e, por isso, começa a se valer de outras áreas. “Nesses casos, a COF trabalha no sentido de

comunicar às(aos) psicólogas(os) que, independentemente do ambiente, o importante é saber de seu percurso de formação e de sua atuação específica como profissional da Psicologia”, explica. Outra questão importante trabalhada pela COF foi a relação da Psicologia com as práticas alternativas e complementares em saúde. “Avançamos nessa discussão e fizemos diversos eventos para debater sobre quais são os limites e os pontos de contato da Psicologia com, por exemplo, a acupuntura, as práticas corporais, como o tai chi chuan, a meditação e outras atividades que envolvem bem-estar de corpo e mente”, explica o presidente da Comissão. Também foram trabalhados temas como a relação da Psicologia com o atendimento online em sites e portais da internet, prática ainda sem regulamentação clara e motivo de resistência entre muitas(os) profissionais. Foram chamados para o debate programadores, donos de domínios na internet, empreendedores de start ups e aplicativos de atendimento online. “Queremos debater o tema não no sentido de proibir, mas de pensar ferramentas dentro dos parâmetros legais da profissão, para qualificar esse atendimento”, diz o presidente da COF. Para Picinini, essa gestão da Comissão de Orientação e Fiscalização foi marcada pelo diálogo e a integração com outras comissões, como a de Psicólogos da Saúde e o Grupo de Trabalho Álcool e Outras Drogas, e também pelo estabelecimento de uma relação mais sinérgica entre conselheiros

e equipe técnica, ou seja, entre psicólogas(os) que têm função política e psicólogas(os) técnicas(os). Durante a gestão, Picinini observou ainda que a clínica ainda é um sonho marcante para várias(os) profissionais da Psicologia, “mas todas(os) estão percebendo que a atuação nas políticas públicas tem um potencial de alcance muito maior”.

## **DESCONHECIMENTO DA RESOLUÇÃO 007/2003**

A equipe que caminha lado a lado com a COF é a Comissão de Ética (COE), que tem por objetivo averiguar as denúncias apresentadas contra profissionais da Psicologia, sempre de acordo com as regras estabelecidas pelo Código de Processamento Disciplinar (CPD). Segundo Délcio, a maioria dos casos que chegam à COE abrange problemas ligados à emissão de laudos e documentos considerados unilaterais, principalmente quando envolvem processos de guarda de crianças. Para ele, há um desconhecimento generalizado por parte das(os) profissionais quanto à Resolução 007/2003, que regulamenta a elaboração de documentos derivados dos atendimentos (relatórios, laudo psicológico, declarações). “Muitas vezes, chegam para nós casos que envolvem faltas técnicas que não são causadas por má-fé, mas por despreparo da(o) profissional, que começou lá na formação acadêmica, quando geralmente o ensino da Ética fica em segundo plano”, diz o presidente da COE, que tra-

balhou como professor e coordenador na graduação por 25 anos. Assim como Picinini, Délcio enxerga que o objetivo do trabalho conjunto da COF e da COE não é simplesmente punir, mas averiguar, de maneira cuidadosa, casos que envolvam faltas éticas, de modo a contribuir para o crescimento de cada profissional e da classe como um todo. “Quanto menos denúncias e processos houver envolvendo nossa categoria profissional, mais próximo do ideal está o serviço que prestamos à sociedade”, conclui.

*“O objetivo do trabalho conjunto da COF e da COE não é simplesmente punir, mas averiguar, de maneira cuidadosa, casos que envolvam faltas éticas, de modo a contribuir para o crescimento de cada profissional e da classe como um todo.”*

# LÓGICA DAS GERÊNCIAS

*Para dar conta dos desafios de uma gestão orientada pela pluralidade da Psicologia, o XIV Plenário adotou um novo modelo de gestão.*

A atuação plural em consonância com uma profissão diversa depende de alicerces bem estruturados. Para isso, a gestão do XIV Plenário tratou de reorganizar o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) sob a lógica das gerências, acreditando que as transformações internas refletem, de forma eficaz, na missão da entidade. Para a Diretoria, esse esforço é visível na prestação mais qualificada de serviços.

Confira a seguir, na forma esquemática, como a atuação das áreas sob essa nova perspectiva foi fundamental para a gestão.

## INFORMÁTICA

Para aumentar agilidade no tráfego de informações contratou serviços mais potentes de internet, principalmente nas subsedes, agilizando o atendimento administrativo às(aos) psicólogas(os), e implantou a rede de internet sem fio, Wi-fi, destinado ao acesso de profissionais que vão à sede do Conselho. No âmbito da segurança de dados, contratou dispositivo contra ameaças e possíveis tentativas de violação de dados à rede do CRP-MG.

### TÉCNICA

Reorganizou nos setores de Orientação e Fiscalização e Apoio às Comissões, além de apoio ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), e viu como maior resultado a melhoria na interlocução e alinhamento entre essas áreas. Ao se deparar com o desafio de interiorizar as ações, passou a realizar reuniões semanais online com psicólogas (os) fiscais e presenciais a cada 3 meses, e atualização de conhecimentos por meio de cursos.

### FINANCEIRA

Atuou em parceria com a gestão, com foco na permanência da saúde financeira da autarquia. Colaborou para que o CRP-MG atingisse uma receita, em 2015, 9,3% maior em comparação ao exercício de 2014, frente ao aumento de despesas na ordem de 12,52%. Para o exercício de 2016 projetou-se aumento de 18% para as receitas e 15% para as despesas. É divulgada mensalmente no site do CRP-MG informações atualizadas sobre as receitas e despesas da instituição.

### ADMINISTRATIVA

Contribui na organização e manutenção de toda a gestão administrativa do CRP-MG com foco no atendimento inicial à categoria e das demandas específicas da área. Em números apurou um saldo positivo tanto no registro de pessoa física (crescimento em 2.922 inscritas) como jurídica (aumento em 133 inscritas). Na parceria com a Comissão de Licitação colaborou para a realização de novas licitações e convênios e do concurso para provimento de cargos, que até julho nomeou 12 funcionários. Na gestão do Centro de Documentação e Informação (CDI) Halley Bessa conquistou um incremento no acervo que hoje possui 2.340 títulos e 3.831 exemplares.

### COMUNICAÇÃO

Para colaborar com a missão de aproximar CRP-MG, categoria, estudantes, entidades parceiras e sociedade, utilizou como alicerce a realização de mais de 200 eventos e incrementou seus veículos de comunicação: programa de rádio semanal "Psicologia em Foco", boletim eletrônico semanal "Psico Online", perfil no Facebook e Jornal da Psicologia.

# A PLURALIDADE DA PSICOLOGIA

*Eventos mostram a grande abrangência da atuação de psicólogas(os) na pauta diária da sociedade.*

Um evento destinado a psicólogas(os) e estudantes de Psicologia e que, ao mesmo tempo, propõe a transversalidade do debate por meio da participação de outros profissionais e do público em geral, com o objetivo principal de discutir temas que afetam diariamente a sociedade e a própria profissão.

Esse é o “Psicologia em Foco”, ciclo de eventos promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), desde 2015, tanto na capital como no interior, mostrando a grande abrangência da atuação de psicólogas(os) na pauta diária da sociedade.

Ele é um dos produtos da Campanha de Valorização da Profissão, que foi estabelecida pelo CRP-MG como marca da gestão do XIV Plenário, acolhendo e organizando institucionalmente a representação da diversidade da Psicologia.

## VALORIZAÇÃO DA PLURALIDADE

Um ano e quatro meses depois da primeira edição do Psicologia em Foco, é positiva a avaliação do psicólogo Milton Bicalho, integrante da comissão da Campanha de Valorização da Profissão: “O ciclo tem se tornado uma referência na categoria. Além de ser um evento regular, os temas discutidos são de grande importância e atuais”.

Para ele, o evento é uma oportunidade para discutir

temas que são pouco abordados em organizações e instituições de ensino. “O Psicologia em Foco traz assuntos que visam à qualificação dos profissionais da Psicologia e vem responder a uma demanda em um ponto de encontro das(os) psicólogas(os). Além disso, oportuniza um espaço aberto, com temas que ainda necessitam de mais atenção”, afirma.

O primeiro Psicologia em Foco foi realizado no dia 15 de abril de 2015, com o tema “Redução da Maioridade Penal”, e contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas na sede do Conselho, em Belo Horizonte. O assunto inaugurou o ciclo tanto na capital como no interior, pela urgência e importância de discuti-lo sob o viés da Psicologia.

## NÚMEROS DO PSICOLOGIA EM FOCO

Em Belo Horizonte, o Psicologia em Foco ocorre semanalmente às quartas-feiras, às 19 horas, na sede do CRP-MG. Seu formato fixo prevê uma (um) mediadora (mediador) e duas (dois) convidadas(os), tendo sempre uma (um) psicóloga(o) na mesa. Nas subseqüentes, a metodologia é a mesma, mas não há um dia fixo para que o evento seja realizado.

Desde o primeiro Psicologia em Foco, houve 86 eventos. Na sede, 49 rodas de conversas foram realizadas, sendo que 13 tiveram a característica de preparatórias para o 9º Congresso Regional da Psi-

ciologia (9º Corep) e ocorreram no mês de novembro. Já nas subseções, 37 eventos foram realizados até agosto. Conforme avaliação dos participantes, em 2015, das 531 pessoas presentes, 78% disseram estar satisfeitas com o evento e, nos encontros de 2016 até o momento, de 493 pessoas, 85% afirmam que o debate atendeu às expectativas.

A divulgação do Psicologia em Foco é feita por meio do Boletim Online, jornal eletrônico com periodicidade semanal, enviado diretamente às(aos) psicólogas(os), e pela página do Facebook do Conselho ([facebook.com/crpmg](https://www.facebook.com/crpmg)).

“É um espaço de participação aberta, tanto para psicólogos e estudantes quanto para qualquer profissional que se interesse pelo tema proposto. Essa é uma forma de ampliar o assunto e trazer para a Psicologia outros olhares”, conclui Milton Bicalho.

*Desde o primeiro evento a julho deste ano, das inscrições feitas por e-mail, a média de inscritos foi de cerca de 60 pessoas por roda de conversa.*

## TEMAS COM MAIORES PÚBLICOS

Público	Tema	Data	Subseção
323	Atuação do psicólogo no trabalho, possibilidades de ação na atualidade	21/9/15	Centro-Oeste
176	Maioridade Penal	28/4/15	Centro-Oeste
159	Redução da maioridade penal	28/4/15	Norte
103	Psicologia, participação social e atuação no campo político	4/11/15	Sede
71	Gênero, sexualidade e Psicologia	14/8/15	Sudeste



# 10 ANOS

## UMA HISTÓRIA QUE SE FAZ TODOS OS DIAS

Em 2016 o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) completa 10 anos. Para o Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG) esse é um marco que deve ser celebrado, pois representa a concretização de muitos esforços que buscaram ampliar a contribuição da Psicologia para a sociedade brasileira.

Realização

CREPOP   
anos



CRP-MG